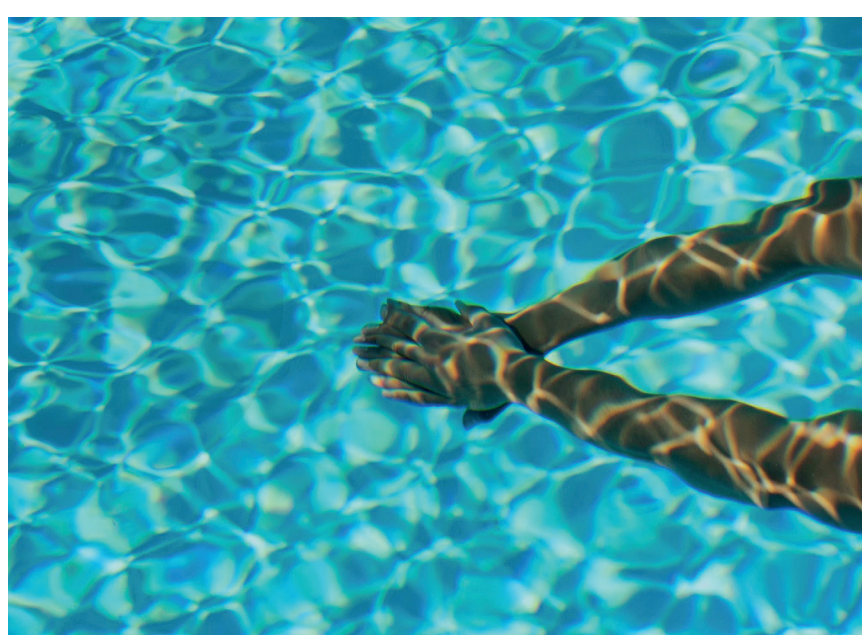


JULGADOS EM PAUTA

NOTICIÁRIO SEMANAL DO TJRJ

SEMANA DE 14 a 20 DE AGOSTO



Acórdão afasta culpa concorrente em acidente que causou tetraplegia em hóspede de hotel

A Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) deu parcial provimento aos recursos do autor e do réu para reformar sentença de primeiro grau sobre acidente ocorrido na piscina do Hotel Atlântico Sul. Ao mergulhar, o autor colidiu com estrutura de concreto submersa na piscina e não sinalizada, resultando em tetraplegia permanente.

[Leia na íntegra](#)

Plano de Saúde é condenado a custear medicamento à base de canábis

A Décima Quarta Câmara de Direito Privado manteve sentença de 1º grau que julgou procedentes os pedidos formulados pelo autor contra uma operadora de saúde, a fim de que ela custeie medicamento à base de canábis medicinal. Relatório assinado pelo médico do autor afirma a necessidade do uso do medicamento para diminuir ou cessar as crises convulsivas, conferindo, assim, mais qualidade de vida ao paciente.

A apelação interposta pela operadora de saúde pedia a reforma da sentença de primeiro grau, que julgou procedentes os pedidos para condenar a ré ao custeio, aquisição e entrega ao autor dos medicamentos solicitados, de forma contínua e ininterrupta, em quantidade descrita na receita médica, pelo período que se fizesse necessário.

[Leia na íntegra](#)

Decisão afasta danos morais e mantém prisão de réu que causou incêndio na casa de vizinhos

A Primeira Câmara Criminal manteve, por unanimidade, a prisão de réu pelo crime de incêndio em casa habitada. Em parcial provimento, no entanto, o colegiado afastou a indenização por danos morais e materiais fixada na sentença que condenou o apelante a 4 anos, 5 meses e 10 dias de prisão, em regime semiaberto.

[Leia na íntegra](#)

Banco é condenado por falta de acessibilidade a cliente com nanismo

A Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve, por unanimidade de votos, a condenação de uma instituição financeira, por falha na prestação de serviço, após ter sido negado a uma cliente com nanismo o acesso autônomo aos terminais de autoatendimento de uma agência bancária, localizada na cidade de Nova Iguaçu.

De acordo com os autos, a autora da ação, cliente do réu, alegou medir apenas 93 cm de altura e afirmou que, por falta de equipamentos adaptados, dependia da ajuda de terceiros, incluindo funcionários do banco, que utilizavam escadas ou até mesmo a erguiam no colo, para que ela pudesse acessar os caixas

eletrônicos. Segundo a cliente, essa situação lhe causava constrangimento e afrontava sua dignidade. A sentença de primeiro grau foi favorável à consumidora, determinando que o banco disponibilizasse, no prazo de 15 dias, ao menos um terminal adaptado com design acessível na agência da autora. Além disso, a instituição financeira foi condenada a pagar R\$ 10 mil por danos morais. O banco recorreu, alegando que seus equipamentos já atendiam às normas técnicas de acessibilidade (ABNT NBR 15250:2005) e requereu a improcedência do pedido ou, subsidiariamente, a redução do valor da indenização.

[Leia na íntegra](#)

Decisão desobriga estado e município a fornecer medicamento autoinjetável

A Sétima Câmara de Direito Público reformou sentença que havia determinado o fornecimento de caneta autoinjetável de epinefrina a menor com alergia alimentar. O acórdão deu provimento às apelações do Estado e do Município do Rio de Janeiro para reformar a sentença proferida em demanda proposta pela mãe da paciente.

[Leia na íntegra](#)

Plano de saúde terá de indenizar paciente pela recusa de atendimento de urgência

A Quarta Câmara de Direito Privado manteve sentença que condenou operadora de plano de saúde a custear internação em CTI/UTI para realização de cateterismo e a indenizar paciente em R\$ 5 mil por danos morais. O caso envolveu negativa de cobertura em situação de emergência, sob alegações de carência contratual e limitação geográfica.

O autor foi socorrido em hospital municipal, com risco imediato de vida. A decisão reconheceu a abusividade da cláusula contratual e a falha na prestação do serviço, com dano moral presumido. A apelação foi interposta pela Leve Saúde Operadora de Planos de Saúde contra sentença proferida pela Vara Única de Mangaratiba.

[Leia na íntegra](#)

Ementário Temático com casos de feminicídio já está disponível

Neste Agosto Lilás, mês de conscientização e combate à violência doméstica, o Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional (DECO) disponibiliza julgados sobre o tema no Ementário Temático Especial de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[Leia na íntegra](#)

Sugestões de pauta e solicitações de cadastramento do público externo para recebimento do boletim devem ser enviadas pelo e-mail:

sgcon.asinc@tjrj.jus.br

Boletim publicado por:



Secretaria-Geral
de Gestão do
Conhecimento
SGCON

Assessoria de
Integração do Conhecimento
ASINC

Serviço de
Difusão de Jurisprudência
e Legislação
SEDIF

PORTAL DO
CONHECIMENTO